

Importa ressaltar que a supressão do parágrafo único não retira do Estado a prerrogativa de estabelecer condições e salvaguardas específicas para portos considerados sensíveis, seja por questões de defesa nacional, segurança ou política externa. Tais condições podem ser incorporadas nos editais e contratos de concessão, assegurando o atendimento aos interesses estratégicos sem impedir, de forma absoluta, a participação da iniciativa privada. Ademais, é importante frisar que a supressão da vedação à licitação da concessão em nada impede que o Estado possa construir e gerir portos necessários à defesa nacional.

Em síntese, a emenda contribui para ampliar a segurança jurídica, atrair investimentos, preservar a transparência e garantir que as decisões sobre a exploração de portos públicos sejam baseadas em mérito técnico e viabilidade econômica, e não em conceitos subjetivos e indeterminados.

Pelo exposto, submeto a presente emenda à consideração desta Comissão.

Deputada ADRIANA VENTURA
(NOVO/SP)

